

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS

ISABELA OLIVEIRA MENDONÇA ORGOLINI

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DA MULHER INDÍGENA

Uma análise da aposentadoria rural

OSASCO

2021

ISABELA OLIVEIRA MENDONÇA ORGOLINI

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DA MULHER INDÍGENA

Uma análise da aposentadoria rural

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
exigência parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Atuariais pela Escola
Paulista de Política, Economia e Negócios.

Orientador: Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy

OSASCO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O68p ORGOLINI, Isabela Oliveira Mendonça
A previdência social da mulher indígena: uma análise da
aposentadoria rural / Isabela Oliveira Mendonça Orgolini. - 2021.
37 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Atuariais) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy.

1. Previdência social rural. 2. Mulheres indígenas. 3.
Previdência social. 4. Perfil sociodemográfico. I. Levy, Prof. Dr.
Dan Rodrigues, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 306.3



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



ATA DE AVALIAÇÃO DO TCC PELA BANCA EXAMINADORA

Aluno (a): ISABELA OLIVEIRA MENDONÇA ORGOLINI

Título do TCC: A PREVIDÊNCIA SOCIAL DA MULHER INDÍGENA: uma análise da aposentadoria rural.

Atribuir 1,0 (um) como valor máximo em cada item avaliado abaixo:

1 - TRABALHO ESCRITO (70% da nota)

1.1 - Clareza e objetividade das ideias (argumentação / teoria-prática): 10%

1.2 - Fundamentação teórica pertinente ao texto: 5%

1.3 - Estruturação textual (coesão e coerência, ortografia): 5%

1.4 - Estruturação lógica (introdução/ desenvolvimento e conclusão): 5%

1.5 - Cumprimento das normas da ABNT: 10%

1.6 – Relevância do Tema: 10%

1.7. - Contribuição da Pesquisa: 10%

Total Atribuído: 55%

2 - APRESENTAÇÃO ORAL (30% da nota)

2.1 - Domínio do conteúdo e articulação teórica: 10%

2.2 - Apresentação oral pública – desempenho: 10%

2.3 - Técnicas audiovisuais: 10%

Total Atribuído: 30%

Nota Final: 85%

Osasco, 12 de fevereiro de 2021.

Orientador(a): Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy – Ass:

Examinador(a): Prof. Dr. Marcio Ferro Catapani – Ass:

Rua Oleska Winogradow, nº 100 - Jd. das Flores - Osasco - SP - CEP: 06110-295
Telefone: (11) 2284-6900.

Dedico este trabalho à memória dos povos originários
assassinados na terra que lhes pertence.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, minha eterna gratidão à minha mãe que me deu todas as oportunidades possíveis para que eu chegasse aqui.

Ao meu pai, por sempre enxergar o meu potencial.

Ao meu tio Vinícius de Oliveira, pela parceria, honestidade e jornada.

Ao meu irmão, que ressignificou palavras como inteligência, amor, respeito, inclusão e me permitiu enxergar a graduação com outros olhos.

Ao Professor Dr. Dan Rodrigues Levy pela orientação e compreensão.

*“A menos que você não se importe de
montão, nada vai melhorar, não vai não”
(Dr. Seuss)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a aposentadoria da mulher indígena prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Embasado na análise do perfil sociodemográfico dessas mulheres, na Constituição Federal de 1988 e no órgão de ponto focal como apoio à mulher indígena: a Fundação Nacional do Índio. Analisa a efetividade do benefício da aposentadoria rural da previdência social, com um olhar voltado para uma minoria marginalizada devido questões como genocídio indígena brasileiro e a diferença entre gêneros, ambientada em um meio rural brasileira. Com a finalidade metodológica explicativa, exploratória e descritiva, foi possível chegar à conclusão que atualmente possuímos poucas informações sobre o assunto, o que reflete o descaso com essas mulheres para a aplicação de políticas públicas.

Palavras-chave: Aposentadoria rural; Mulher indígena; Previdência social; Perfil sociodemográfico.

ABSTRACT

This paper aims to address the retirement of indigenous women provided for in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. Based on the analysis of the sociodemographic profile of these women, in the Federal Constitution of 1988 and in the focal point body as support for indigenous women: National Indian Foundation. It analyzes the effectiveness of the rural social security retirement benefit, looking at a marginalized minority due to issues such as Brazilian indigenous genocide and the difference between genders, set in a Brazilian rural environment. With an explanatory, exploratory and descriptive methodological purpose, it was possible to reach the conclusion that we currently have little information on the subject, which reflects the disregard with these women for the application of public policies.

Keywords: Rural retirement; Indigenous woman; Social Security; Sociodemographic profile.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CAPÍTULO 01: A APOSENTADORIA DA MULHER INDÍGENA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	13
2.1. A previdência social	13
2.2. Aposentadoria rural e a questão de gênero.....	15
2.3. A mulher indígena.....	16
2.4. A aposentadoria da mulher indígena.....	17
2.5. O papel da FUNAI	18
3. CAPÍTULO 02: O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA MULHER INDÍGENA.....	22
3.1. Censo demográfico.....	22
3.2. O perfil sociodemográfico das mulheres indígenas.....	24
4. CAPÍTULO 03: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AUSÊNCIA DO ESTADO BRASILEIRO NA GARANTIA DA APOSENTADORIA DAS MULHERES INDÍGENAS.....	29
4.1. A importância das Políticas Públicas e a Aposentadoria da Mulher Indígena...29	
4.2. O papel do Estado na Garantia de um Direito Fundamental.....	30
5. CONCLUSÃO.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

A Seguridade Social é um sistema integrado responsável por garantir universalmente o bem-estar social através de benefícios e proteção social à população. Ao todo é composta por três pilares que consistem em assistência social, saúde e previdência social. Conforme disposto no Art. 2º da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), a previdência social tem por objetivo assegurar financeiramente o trabalhador que se encontra em situação de incapacidade de realizar o seu trabalho habitual por motivo de doença e acidente, além de garantir a aposentadoria daqueles que contribuíram com seu trabalho de acordo com tempo estimado e/ou alcancem a faixa etária estipulada para solicitar o benefício.

Após a Constituição Federal de 1988, a previdência social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais e de outras situações que coloquem o bem-estar social em risco.

Conforme estabelece o art. 201 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os planos de previdência social mediante contribuição atenderão às coberturas dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes de trabalho, velhice e reclusão; proteção à maternidade; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Assim como todo brasileiro e brasileira, a mulher indígena que se enquadrar nos requisitos como trabalhadora rural tem o dever de contribuir e o direito de gozar de seus benefícios da previdência social, em específico da aposentadoria, quando se aposentar como segurada especial. Segundo Souza e Dias (2009) os segurados especiais que participam da aposentadoria rural, são o grupo onde se enquadra a população indígena como indivíduos que se sustentam de economia familiar e de subsistência, como pescadores, extrativistas e arrendatários rurais sem empregados.

O problema de pesquisa do presente trabalho é: o benefício de aposentadoria da previdência social é efetivo para a mulher indígena? Ao longo do desenvolvimento da pesquisa será apresentado uma análise dos direitos previdenciários da mulher indígena,

sua inserção no mercado de trabalho e a formação de seu perfil sociodemográfico que embasam a problemática a ser respondida.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os povos indígenas somam 817.963 pessoas, correspondendo a 0,47% da população total do país, sendo 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. Havendo um equilíbrio entre os sexos para o total de indígenas (100,5 homens para cada 100 mulheres). Com sua maioria localizada nas áreas rurais é de se imaginar o difícil acesso às instituições públicas e aos seus direitos reconhecidos, sobretudo os previdenciários.

Mesmo com esses e outros direitos esclarecidos, as mulheres indígenas ainda são marginalizadas pela sociedade, sendo duvidoso se seus direitos competem com as oportunidades de trabalho e educação que encontram.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a efetividade do benefício da aposentadoria rural para as mulheres indígenas, enquanto os objetivos específicos são conceituar a previdência social de acordo com a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e com a Constituição Federal de 1988, compreender o perfil socioeconômico dessas mulheres em relação ao mercado de trabalho, analisar a importância das políticas públicas e a ausência do Estado brasileiro na garantia da aposentadoria das mulheres indígenas.

Destacam-se como hipóteses nesta pesquisa: (i) o benefício da aposentadoria não é efetivo para as mulheres indígenas devido à ausência de políticas públicas pelo Estado Brasileiro; (ii) o benefício da aposentadoria não é efetivo para as mulheres indígenas devido ao perfil socioeconômico das mulheres indígenas, e a falta de condições de educação e trabalho; (iii) a inefetividade do benefício da aposentadoria da mulher indígena é devido o desconhecimento dos benefícios por parte da população indígena.

A metodologia utilizada tem uma finalidade explicativa por querer esclarecer os fatores de trabalho e educação que contribuem para que a efetividade do benefício de aposentadoria da previdência social da mulher indígena seja questionada. Mesmo a previdência social sendo uma área conhecida dentro do ramo das ciências atuariais, uma das finalidades da pesquisa é ser exploratória por tratar das mulheres indígenas, na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Ao analisar as características sociodemográficas da população feminina indígena, a finalidade da pesquisa também é descritiva.

Por meio da pesquisa bibliográfica, será realizada a análise de casos que abordem os assuntos de mercado de trabalho, população indígena e previdência social. Será

consultado também documentos disponíveis em órgãos públicos como: o Instituto Nacional do Seguro Social, para buscar informações sobre a previdência social e a aposentadoria do segurado especial; a Fundação Nacional do Índio, para entender como foram desenvolvidas as políticas públicas indígenas; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para consultar dados estatísticos e censos demográficos; e o Planalto, para se apoiar na jurisdição, pela questão legislativa envolvida. Os dados estatísticos não foram satisfatórios pela falta de informação pública sobre o tema, o que, inclusive, pode ter dificultado a elaboração de políticas públicas para as mulheres indígenas.

A metodologia utilizada para classificar quem são as mulheres indígenas é baseada no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. O censo baseia-se na autodeclaração, aplicando-se aos indivíduos que se autodeclararam indígenas, independente de habitarem nas terras indígenas ou viverem fora dessa área. As mulheres indígenas são todas as mulheres que se autodeclararam como indígenas (AZEVEDO; PEREIRA; SANTOS, 2004).

O universo das mulheres indígenas que trabalham no meio rural e que possuem o direito de gozar de seu benefício de aposentadoria rural pela previdência social está na amostragem da população representada, que é a probabilística, por se basear no procedimento estatístico de amostragem estratificada, que se dá ao selecionar uma amostra de um grupo da população, em específico da população indígena, em termos de sexo, educação, expectativa de vida, taxa de natalidade e mortalidade, renda e força de trabalho.

A coleta de dados das variáveis educação, expectativa de vida, taxa de natalidade e mortalidade, renda e força de trabalho é definida como secundária por serem dados já coletados e encontrados através de arquivos, banco de dados, anuários estatísticos e relatórios. Dessa forma, os dados serão tratados de forma quantitativa, através de procedimentos estatísticos. E por utilizar informações mensuráveis com menos espaço para subjetividades como as variáveis taxa de natalidade e mortalidade, visa assim descobrir padrões entre essas e as demais variáveis estudadas na pesquisa.

A pesquisa é relevante ao contribuir para o conhecimento científico e dar visibilidade às mulheres indígenas. O presente trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro capítulo abordará a aposentadoria da mulher indígena de acordo com a previdência social, dando ênfase à aposentadoria rural e a questão de gênero que a permeia, e o papel da FUNAI em apoio às mulheres indígenas. O segundo capítulo aborda o perfil socioeconômico da mulher indígena de acordo com os dados do censo demográfico. E

por fim, o último capítulo conclui com um recorte atual sobre as políticas públicas e a aposentadoria dessas mulheres.

CAPÍTULO 1: A APOSENTADORIA DA MULHER INDÍGENA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.1 A previdência social

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um sistema global de leis do Brasil que positivou os direitos fundamentais como cláusulas pétreas, dentre elas a seguridade social, em que a previdência social faz parte. Além de determinar o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, essa Constituição também define quais são os direitos sociais que são garantidos aos indivíduos pertencentes à população.

Segundo Veroneze (2017), por serem uma proteção garantida pelo Estado tendem a exigir uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de equidade e justiça distributiva, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais. Ou seja, o Estado deve intervir nas situações as quais cabem o exercício de igualdade e justiça dentro da sociedade.

Nesse intuito, para que os direitos sociais sejam mantidos em seus aspectos econômicos, políticos, civis e sociais, a previdência social tem um papel fundamental de amparar os trabalhadores brasileiros após a perda de capacidade laborativa. De acordo com o Art. 6º da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) os direitos sociais são educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados.

Assim, por ser um direito social, qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social e terá seu direito aos benefícios assegurados, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários. De acordo com o INSS (2004), a previdência social pode ser definida principalmente como um seguro social, adquirido por meio de uma contribuição mensal, que substitui a renda do segurado-contribuinte quando ele perde sua capacidade de trabalho por motivo de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte, reclusão ou perda de capacidade laborativa em geral, garantindo seu sustento em forma de benefício.

Como afirmam Nulle e Moreira (2019), o sistema previdenciário é um instrumento fundamental de proteção aos trabalhadores e contribuintes, já que estabelece algumas garantias, prevalecendo um contrato social que se materializa em compromissos entre as gerações para possibilitar o acesso ao bem-estar após a vida laboral.

Atualmente vinculada ao Ministério da Economia, a previdência social é o único pilar da Seguridade Social brasileira de caráter contributivo e de filiação obrigatória. De acordo com o INSS (2004), a contribuição mensal pode ser definida como uma parcela a ser recolhida e repassada do salário do trabalhador ao INSS pelas empresas onde possuem vínculo empregatício. Quem trabalha como autônomo ou contribui facultativamente deverá fazer o recolhimento por conta própria. Já o benefício é um pagamento em dinheiro que a previdência social faz aos seus segurados e dependentes para garantir a renda familiar, sob a forma de aposentadoria, auxílio, pensão, salário-maternidade ou salário-família.

O segurado é qualquer pessoa que exerça atividade remunerada e contribua para a previdência social. De acordo com Martinez (2002) é o estado jurídico que define o vínculo ligando o trabalhador protegido ao sistema em condição assecuratória, tendo filiação ao sistema previdenciário e permanência no mesmo.

Todo trabalhador que está enquadrado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está automaticamente filiado à previdência social. A previdência social está incorporada no país através das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que faz o papel de comunicar os trabalhadores, receber as contribuições e solicitações de benefícios dos segurados.

Em relação à contribuição existem dois tipos: a contribuição facultativa, para aqueles que não exercem atividade remunerada, como estudantes maiores de 16 anos e donas de casa; e os contribuintes obrigatórios, que são todos os trabalhadores urbanos e rurais que exercem atividades remuneradas, com exceção dos servidores públicos que estão sujeitos a regime próprio. São eles: empregados com carteira assinada, domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais (empresários e autônomos) e especiais (trabalhadores rurais em regime de economia familiar).

Essas contribuições são feitas ao longo da vida do trabalhador no mercado de trabalho e no caso da aposentadoria, retiradas quando param de trabalhar. O Art. 7º da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) contempla os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, de modo a atender seu direito a gozar da aposentadoria. Ao ser complementada pela Lei Orgânica da previdência social, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), a Constituição passa a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social em regime especial.

A aposentadoria está disponível tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os trabalhadores rurais/segurados especiais. Os trabalhadores urbanos têm direito a se

aposentar quando cumprido o tempo de contribuição de 15 anos (mulheres) e 20 anos (homens), completam 62 anos de idade (mulheres) e 65 anos (homens). Enquanto isso, os trabalhadores rurais se aposentam cinco anos antes: aos 55 anos (mulheres) e aos 60 anos (homens). O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos sendo consecutivos ou não.

A aposentadoria rural é direcionada para aqueles que comprovam uma situação de produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, garimpeiro e pescador artesanal que exerça tal atividade em regime de economia familiar, ou seja, sem empregados permanentes. Esses são considerados segurados especiais da previdência social e consequentemente da aposentadoria.

Em 2019, ano que ocorreu uma das reformas da previdência, a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019) manteve as regras de aposentadoria para o segurado especial (trabalhador rural). As mulheres indígenas que pertencem ao grupo de segurados especiais não foram impactadas por essa reforma.

1.2 Aposentaria rural e a questão de gênero

Por mais que os pré-requisitos para solicitação do benefício de aposentadoria rural exija menos tempo de trabalho e menor faixa etária em relação aos trabalhadores urbanos, a aposentadoria rural também traz as suas dificuldades. Segundo Souza, Staduto e Kreter (2017) até a Constituição de 1988 o meio rural não estava totalmente integrado ao sistema previdenciário. Se comparado ao trabalhador urbano, houve uma defasagem nas políticas públicas voltadas a estes trabalhadores. Com a mudança Constitucional, o sistema de previdência social criou oportunidades de inclusão na concessão do benefício, que poderão aproximar os direitos de homens e mulheres, e de trabalhadores urbanos e rurais.

Além da atual discrepância entre os trabalhadores urbanos e rurais, as assimetrias de gênero no meio rural estão presentes na divisão sexual do trabalho e nas hierarquias de poder dentro do contexto familiar. Segundo Monteiro (2018), dentro do contexto indígena, em algumas sociedades homens e mulheres se complementam em suas tarefas dentro da família possuindo uma equidade de gêneros no período pré-colonização. Desde então, as mulheres indígenas vêm sofrendo situações de injustiças impostas pelas sociedades dominantes se restringindo ao cuidado da família, gerando dependência econômica e invisibilidade social enquanto os homens exercem o trabalho assalariado.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) as mulheres, de modo geral, entram no mercado de trabalho um ano mais tarde e possuem o trabalho doméstico e cuidados no âmbito familiar. E no caso das mulheres indígenas, segundo Grubits e Almeida (2012) nas etnias Guarani/Kaiowá, por exemplo, houve um afastamento dos homens indígenas do grupo familiar pela necessidade de buscar trabalho em fazendas e usinas de álcool e açúcar. Situações como essas implicam em fatores como o papel da mulher indígena na organização familiar destas comunidades indígenas.

Esses fatores que levam a diferenciação das idades de acesso à aposentadoria e não têm qualquer relação com a expectativa de vida, mas sim com as condições desiguais de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho.

Essa desigualdade faz com que a diferença de idades da aposentadoria rural entre homens e mulheres seja justificável. A equiparação de idades entre homens e mulheres na aposentadoria rural somente poderia sustentar-se se as desigualdades de gênero no mundo do trabalho fossem reduzidas consideravelmente, tanto a remuneração, taxa de emprego, participação e número de horas trabalhadas, quanto os afazeres domésticos de forma mais equitativa entre os sexos.

Além da desigualdade entre os gêneros, os indígenas de forma geral enfrentam a exclusão no mercado de trabalho. Atualmente os direitos indígenas são marcados pelo desinteresse político de sua efetivação, como a demarcação de terras e amparos sociais. De acordo com Urquiza e Santos (2020), a disputa pela efetivação do direito fundamental às suas terras tradicionais e emendas enfrenta um sistemático e voraz ataque do poder econômico e político às comunidades indígenas do país, em que todos os poderes do Estado estão influenciados tomados por medidas que os desfavorecem.

Pode-se afirmar que qualquer iniciativa em prol da resolução do conflito passa a ser alvo imediato de algum projeto de lei ou emenda à Constituição Federal, a fim de embaraçar a sua efetivação. De acordo com Cardoso (2012), as políticas que deveriam promover e garantir os direitos sociais contraditoriamente perpetuam a exclusão social, há uma desarticulação entre políticas de educação e previdência social, por exemplo, que deveriam estar devidamente relacionadas já que uma educação consistente permite melhores condições de trabalho e assim da aposentadoria.

1.3 A mulher indígena

Segundo a FUNAI (2004), os critérios utilizados para a definição de indígena consistem na autodeclaração e consciência de sua identidade indígena; e no reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem. Logo, pode-se definir a mulher indígena como aquela que se reconhecesse como parte do grupo de origem indígena e se autodeclara como tal nos censos demográficos.

Porém, o conceito da identidade é considerado muito amplo, de acordo com Paiva (2015), a construção das identidades é fruto das interações contínuas das pessoas com os outros e pelo modo como elas se posicionam em relação aos outros. Além disso, as identidades sociais não são apenas raça, mas sim de gênero, classe social ou sexo. Cada identidade pode trazer um passado histórico em comum, como sua história, linguagem e cultura.

Segundo Paiva (2015), o conceito de identidade pode ser marcado pelas diferenças, o que te difere de uma identidade é o que pode definir a sua, definindo as condições para que ela exista. Socialmente, as diferenças podem vir por um sistema de classificação como os Censos do IBGE, por exemplo. Isso possibilita em uma determinada população a divisão entre indígenas e não indígenas.

É importante ressaltar que o termo “mulheres indígenas”, é uma forma generalizada de se referir às mulheres das mais diversas comunidades, já que há uma heterogeneidade de etnias entre si.

1.4 A aposentaria da mulher indígena

Para que essa mulher seja considerada uma segurada especial precisa estar ambientada na zona rural desenvolvendo atividades rurais, portanto, uma trabalhadora rural. Essas mulheres, assim como qualquer outro que se enquadre na categoria de segurado especial, são seguradas obrigatórias e devem contribuir para o INSS ou comprovarem a atividade rural para solicitar a aposentadoria.

De acordo com Andrade (1999), o trabalhador rural dentro do regime familiar é aquele que labora no meio rural, nesse contexto, dentro da própria dependência e colaboração mútuas da família, sem a utilização de empregados. Nesse regime, o trabalho de todos os membros da família é indispensável à subsistência do grupo e agem com espírito comunitário. Todos os esforços são envidados para que a família garanta sua subsistência.

No caso da aposentadoria rural, a mulher indígena precisa ter a idade mínima de 55 anos e comprovar 15 anos de atividade rural, sendo contínuas ou não no caso para solicitar o benefício. Nessa categoria estão incluídos ainda o pescador artesanal e o índio que trabalha no campo, bem como seus grupos familiares. Logo, os cônjuges, companheiros(as) e filhos(as) maiores de 16 anos que produzem com o grupo familiar também são considerados segurados especiais.

Segundo Malucelli e Neto (2018), os indígenas tradicionalmente vivem em sistema de produção voltado para subsistência de sua comunidade, em regime de economia familiar e sem empregados, cumprindo os pré-requisitos para serem segurados. O trabalho em regime de economia familiar, de acordo com Andrade (1999) é definido como a prática de atividades domésticas de pequeno porte, que se restringe à economia de consumo de uma comunidade familiar, onde os membros de uma família laboram, sem vínculo empregatício, agindo com espírito comunitário, visando garantir a subsistência do grupo.

A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, (BRASIL, 2008) consta como formas de comprovação do tempo de trabalho a apresentação do contrato individual de trabalho ou carteira de trabalho e previdência social, contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural, bloco de notas do produtor rural, notas fiscais de entrada de mercadorias, comprovantes de recolhimento de contribuição à previdência social decorrentes da comercialização da produção, cópia da declaração de imposto de renda com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural ou declaração de sindicatos de trabalhadores rurais, de pescadores ou colônia de pescadores devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

1.5 O papel da FUNAI

Como proteção aos tais conflitos políticos, a Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro que tem como missão institucional proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, incluindo o direito de gozar da aposentadoria. Criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967) e vinculada ao Ministério da Justiça, ela representa os indígenas dentro do cenário político brasileiro.

Inicialmente foi subordinada ao Ministério do Interior e atualmente representa a responsabilidade por promover a seguridade social dos povos indígenas brasileiros, fazer

a demarcação e proteção das terras, e zelar pela preservação cultural. Mesmo existindo desde 1967, foi apenas em 1971 que os indígenas foram incluídos como uma opção de contribuintes pela previdência social por serem em sua maioria trabalhadores rurais em regime de economia familiar. Segundo o Art 3º da Lei Complementar nº 11, de 25 maio de 1971, os produtores sem empregados que trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, tem o direito de ser beneficiário da previdência social. (BRASIL, 1971).

Cabe à FUNAI monitorar e fiscalizar as terras indígenas, desenvolver políticas de proteção aos povos isolados e promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas através da conservação e recuperação do meio ambiente nas terras indígenas. Além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Sua atuação se destaca pelo reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico (FUNAI, 1967).

Mesmo sem o exercício da atividade rural como uma forma de obter salário, o Art.132 da Instrução Normativa nº 45, de 06 de agosto de 2010, permite que a declaração do exercício de atividade rural, no caso dos indígenas seja substituída pela certidão fornecida pela FUNAI, certificando a condição de trabalhador rural do índio. (BRASIL, 2010).

Esse cadastro oficializado na FUNAI que comprova sua origem étnica é o que diferencia a mulher indígena dos demais segurados especiais na hora de solicitar sua aposentadoria. Segundo Malucelli e Neto (2018), caso ainda haja dúvidas sobre o tempo de contribuição, a mulher indígena é convocada para entrevista. Essa não seria a opção mais comum, já que os indígenas são os únicos dispensados da entrevista entre os segurados especiais, uma vez que a FUNAI mantém atualização de suas atividades e que a distância e acesso aos postos de entrevista seria uma barreira.

De acordo com o Art.132 da Instrução Normativa nº 45, de 06 de agosto de 2010, essa entrevista pode ser convocada em razão de divergências entre a documentação apresentada ou certificação eletrônica emitida pela FUNAI e as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais ou outras bases de dados a que o INSS tenha acesso; indícios de que a documentação apresentada está irregular ou quando houver a necessidade de maiores esclarecimentos no que se refere à documentação

apresentada e à condição de indígena e trabalhador rural do requerente ou titular do benefício, declarada pela FUNAI. Sendo que a entrevista não supre a necessidade de apresentação de documento de início de prova material e é realizada apenas com os que conseguem compreender e falar português. (BRASIL, 2010).

Atualmente, as políticas públicas possuem um papel importante na articulação de diversos órgãos. De acordo com a FUNAI (2014), tem sido promovidas algumas ações pautadas na promoção da acessibilidade dos povos indígenas à aposentadoria, em parceria com o INSS. Em 2009, o antigo Ministério da previdência social e a FUNAI assinaram um termo de cooperação técnica, minimizando os aspectos burocráticos e facilitando o acesso aos direitos previdenciários para os povos indígenas de forma automática. Não foram encontradas informações mais recentes se essa automatização foi implementada ou está em vigor.

Essa automatização seria um meio de integrar os sistemas e assim facilitar a concessão dos benefícios à essa parcela dos segurados especiais. A parceria entre FUNAI e Ministério da Previdência permite que todos os indígenas que se enquadrem como segurados especiais sejam cadastrados. Com isso, ao invés do indígena emitir declarações ou certidões para fazer a aprovação dos seus direitos, o que até então ocorria, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quando procurado diretamente em uma agência, identifica o indígena e faz o reconhecimento automático do direito, sem a necessidade de exigir um conjunto de documentos e provas, para que possa receber o benefício, tal como procede para os demais candidatos a receber aposentadoria como segurado especial (FUNAI, 2014).

De acordo com Souza, Staduto e Kreter (2017) com essa parceria, os mecanismos de operacionalização se tornam mais ágeis, facilitando o processo de inserção dos indígenas, as declarações anuais de atividade são feitas pelas unidades descentralizadas da FUNAI, que terão acesso ao sistema do INSS. Mecanismos como a responsabilidade da FUNAI pela inclusão e certificação dos dados no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) auxiliam no acesso às informações relativas aos indígenas de modo que o INSS possa reconhecê-los como segurados especiais da previdência.

Na diferença do tratamento que tem se direcionado aos povos indígenas, a ação conjunta entre FUNAI e INSS, ao considerar a especificidade desses povos, fornece maiores possibilidades para que esse grupo tenha condições de alcance à política pública. Nessa ação conjunta, em que agentes que operacionalizam a política são treinados para

facilitar o acesso ao sistema previdenciário. É criada a expectativa de que ao longo dos anos a facilitação atraia uma participação mais expressiva no sistema de previdência.

Mesmo com o suporte da FUNAI é importante destacar que as mulheres indígenas podem continuar excluídas da previdência social, por falta de acesso as informações e aos seus direitos. Mesmo as mulheres indígenas que se encontram em um regime de economia familiar, produzindo apenas para o próprio sustento, sem empregados e salário e, portanto, teriam direito como seguradas especiais, e até as que não tem desenvolvimento para uma possível inserção mercado de trabalho.

As maiores dificuldades que as mulheres indígenas enfrentam no mercado de trabalho e a dupla jornada rotineira, que majoritariamente impacta as mulheres, pode refletir também essa diferença entre gêneros na aposentadoria das mulheres indígenas, possíveis de mensuração através de características demográficas que definem o perfil sociodemográfico das mulheres indígenas contemplando variáveis como nível de instrução e trabalho.

CAPÍTULO 2: O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA MULHER INDÍGENA

2.1 Censo demográfico

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) um Censo Demográfico tem como objetivo quantificar a população do território nacional e a partir disso identificar suas características mostrando como vivem os brasileiros. Sendo a única fonte de referência sobre a situação de vida da população de uma determinada localidade como distritos, municípios, regiões urbanas e rurais, os censos permitem produzir informações base para a definição de políticas públicas e tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou do próprio governo.

A operação censitária pode fornecer um retrato detalhado de vários aspectos da população brasileira. Esses parâmetros como a taxa de natalidade, fecundidade e mortalidade, o nível de instrução e até indicadores sobre trabalho e rendimento da população e condições de vida, são base para avaliar o perfil sociodemográfico da mulher indígena, pois a efetividade de sua aposentadoria tem relação com seu bem-estar social durante participação econômica ativa.

Além disso, com as informações obtidas pelo censo demográfico é possível obter informações sobre a população total identificadas por sexo, por idade, sua distribuição no território e raça, o que o torna um fornecedor de informações indispensáveis a pesquisa.

Segundo o IBGE (2020) a primeira contagem da população brasileira foi realizada em 1872 e a partir de 1890 os censos se tornaram a cada dez anos. No próprio Censo de 1872 investigaram-se atributos referentes a cor ou raça da população. Embora o quesito pesquisado fosse “cor”, usava-se o termo “caboclo” como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar uma certa ambiguidade entre os conceitos de cor e de raça.

De acordo com Azevedo e Pereira (2004) apenas no Censo Demográfico de 1991 foi incorporada a categoria indígena às quatro já existentes (branca, preta, amarela e parda) como resposta para a pergunta "Qual a sua cor ou raça?". A metodologia utilizada para a classificação da população indígena nesse e nos Censos subsequentes foi a autoidentificação, aplicando-se tanto aos indígenas que viviam dentro ou fora das terras

indígenas. A partir de então, foi possível si identificarem e quantificar quem são as mulheres indígenas brasileiras.

Agregando mais informações sobre os indígenas, no Censo Demográfico de 2010 incorporou-se uma nova variável de localização do domicílio indígena que seria as opções dentro ou fora das terras indígenas reconhecidas pelo governo federal. Essa ação pode ter ajudado a categorizar os indígenas e quanto mais características maior a possibilidade de variáveis para estudos.

O que era para ser o censo mais recente foi adiado devido pandemia do COVID – 19, que levou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a realizar o Censo Demográfico de 2020 em 2021. Essa atualização de data impediu a coleta de dados mais recentes de variáveis como educação e taxa de mortalidade para a presente pesquisa. Além dos Censos Demográficos, há também o Censo Agro que de acordo com o IBGE (2020) é responsável por coletar informações sobre as atividades de estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria que por ter sido realizado em 2017 traz informações mais recentes do ambiente rural.

Esse ambiente rural pode ser classificado de acordo com o IBGE (2020) como regiões em sintonia com as terras legalmente delimitadas para fins de preservação cultural e ambiental e fora dos grandes espaços urbanos. Por ser um censo específico da região rural, o Censo Agropecuário 2017 teve sua contribuição para que se conheça mais sobre os povos indígenas. Segundo o IBGE (2017), eles produzem mais para consumo próprio: mandioca, bovinos etc. Vivem de pesca, extração vegetal. Não é algo importante economicamente, mas é importante no aspecto social. Na realidade, não só os territórios indígenas, mas também os quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Para eles, o trabalhador rural pode ser classificado como agropecuário, relativo à teoria e prática da agricultura e da pecuária, e suas relações mútuas, florestal – relativo a efetivos, produtos e serviços provenientes de florestas e matas, nativas ou plantadas e aquícola – relativo à criação e à multiplicação de plantas e animais, cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático.

Ambos os censos possuem sua devida importância na composição de dados sobre as mulheres indígenas, porém, tanto o Censos Demográfico quanto o Censo Agropecuário não apresentam dados sobre a aposentadoria da mulher indígena, o que limita a definição de um perfil socioeconômico da mulher indígena que usufrui da mesma. Diante desta situação, foi questionado por e-mail à ouvidoria do INSS nos dias 16 e 20/01/2021 e na ouvidoria da FUNAI no dia 02/12/2020 que foi encaminhada para o INSS, sobre quantas

mulheres indígenas teriam no Brasil e/ou na região Sudeste brasileira e para ambas questões a resposta foi de que “Não foram encontrados registros”.

A inclusão de raça, situação de domicílio aldeada e não aldeada foram apenas o começo, ainda há muitas informações a serem exploradas sobre as mulheres indígenas. Informações que não apenas não estão disponíveis, mas que também não têm registros de acordo com a própria ouvidoria do governo brasileiro.

2.2. O perfil sociodemográfico das mulheres indígenas

A demografia é a ciência responsável pelos censos demográficos, é o que permite o estudo de populações humanas, focando em características gerais e sua evolução no tempo em uma determinada distribuição espacial. De acordo com Cerqueira e Givisiez (2015), uma preocupação fundamental no estudo das populações humanas é com o seu tamanho em determinado momento e com os possíveis fenômenos que determinam ou afetam esse tamanho, tais como os nascimentos, os óbitos e fenômenos migratórios.

A longevidade das mulheres indígenas é um exemplo de fenômeno a ser estudado pela ciência demográfica que afeta a aposentadoria das mulheres indígenas. É importante investigar de que modo cada um desses componentes pode ser afetado por mudanças nos demais e como esses fenômenos se relacionam entre si. Além da preocupação com o tamanho e crescimento da população, é de fundamental importância em demografia o estudo da composição da população por idade e sexo.

Os censos demográficos são a grande referência para chegar o mais próximo da realidade. No Censo 2010, o IBGE aprimorou sua pesquisa sobre a população indígena no país, investigando o pertencimento étnico e introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Assim, foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas (fossem indígenas declarados ou não) quanto indígenas declarados fora delas.

Utilizando o até então último Censo Demográfico, em 2010, segundo o mesmo realizado pelo IBGE (2010), a atual população indígena brasileira é de 817.963 indígenas, representando 0,4% da população, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Na região Sudeste se concentram 99.137 indígenas representando 11,1% da população indígena, sendo que a região rural são 19.865 e 9.623 mulheres desse total.

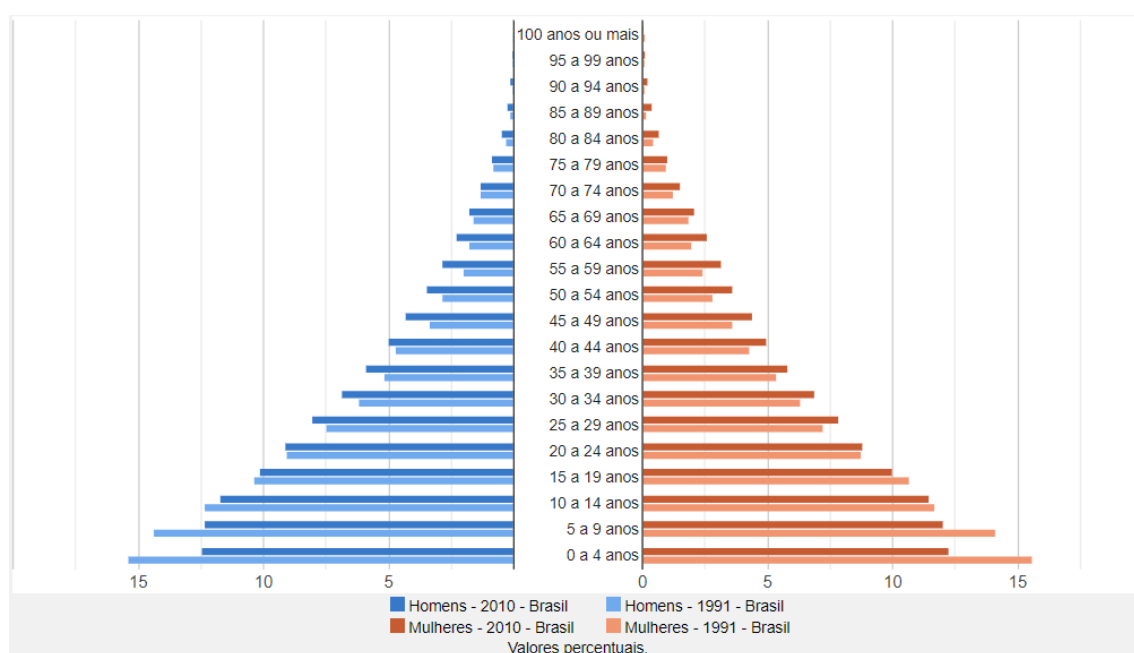
A região Sudeste do Brasil é a segunda menor região do país e é composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o IBGE (2010), na população ativa da área rural dessa região brasileira, encontrasse 6.092 mulheres indígenas entre 15 e 55 anos. E com possibilidades de se aposentar são 924 mulheres com mais de 55 anos.

O indicador razão de dependência, que permite estabelecer o peso dos inativos (crianças, adolescentes e idosos) sobre o segmento populacional que, no Brasil em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva, revela que, em 2010, havia 71,8 inativos indígenas para cada 100 indígenas potencialmente ativos. Dentro da amostra são 63,3 mulheres inativas indígenas para cada 100 mulheres indígenas potencialmente ativas.

Conforme Rodrigues, Carvalho e Sawyer (1998), a composição da população por idade e sexo é reflexo da história da dinâmica populacional, popularmente ilustrada por uma estruturada em uma pirâmide etária. O eixo horizontal de uma pirâmide etária representa o número absoluto ou a proporção da população, enquanto o eixo vertical representa os grupos etários. O lado direito do eixo horizontal é destinado a representação do contingente ou proporção de mulheres e o esquerdo, dos homens.

O nome pirâmide vem da configuração piramidal da distribuição etária típica de regiões que vivenciaram alta fecundidade no passado e baixa expectativa de vida. Segundo Rodrigues, Carvalho e Sawyer (1998) quando a base da pirâmide é larga e possui um ápice estreito, a pirâmide retrata uma população bastante jovem. Na medida em que a fecundidade declina, menos crianças nascem e a base da pirâmide vai se estreitando, com uma tendência a forma retangular, característica de uma população envelhecida. A tendência das pirâmides é a configuração de forma retangular. Diminuem-se com o tempo as proporções relativas aos jovens e compensa com o aumento do peso dos grupos referentes as idades mais avançadas.

Distribuição da população indígena brasileira por faixa etária - Brasil



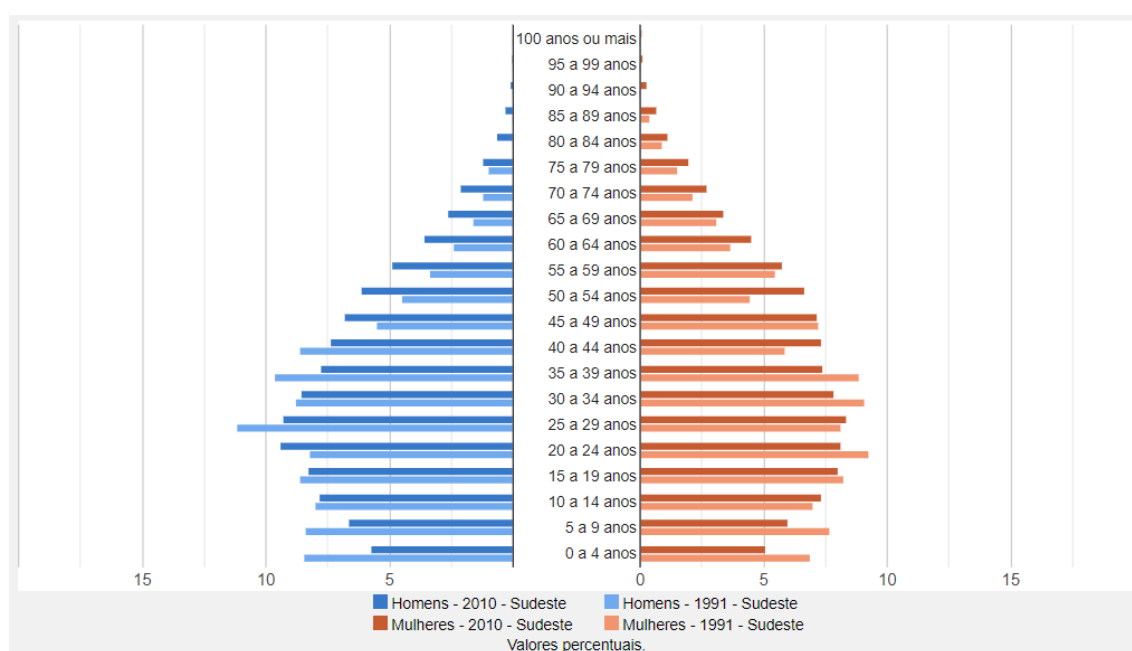
Pirâmide etária 1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Na Pirâmide Etária 1, pode-se observar a base da pirâmide larga e o seu estreitamento conforme o aumento das faixas etárias, em um padrão que reflete suas altas taxas de fecundidade e mortalidade, bastante influenciadas pela população rural. Em 2010, havia 71,8 indígenas menores de 15 anos ou de 65 anos ou mais de idade para cada 100 ativos. Já para os não indígenas, essa relação correspondia a 45,8 inativos para cada 100 em idade provável de atividade.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, na área rural, a proporção de indígenas na faixa etária de 0 a 14 anos (45,0%) era o dobro da área urbana (22,1%), com o inverso acontecendo na faixa de 65 anos ou mais (4,3% na rural e 7,0% na urbana). A pirâmide etária dos indígenas residentes fora das terras indígenas indica baixa fecundidade e mortalidade. Já para os indígenas residentes nas terras, a pirâmide etária ainda é resultante de uma alta natalidade e mortalidade. Metade da população indígena tinha até 22,1 anos de idade. Nas terras indígenas, o índice foi de 17,4 anos e, fora delas, 29,2 anos.

Distribuição da população indígena brasileira por faixa etária - Região Sudeste



Pirâmide etária 2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Ao se aproximar da região Sudeste pela Pirâmide etária 2, pode-se ter a falsa impressão de que as mulheres indígenas estariam passando por uma transição de pirâmide etária, mas a pirâmide não reflete o diferencial entre as regiões urbanas e rurais. A estagnação das pirâmides etárias das regiões rurais é o que justifica a aposentadoria do segurado especial não ter passado por alterações na reforma da previdência social de 2019.

Além dos efeitos demográficos de mortalidade e natalidade, esse aumento representa o número de pessoas que se reconheceram como indígenas no país o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. Com relação a população indígena, um fator relevante é o crescimento populacional expressivo desta população quanto a sua autoidentificação em relação ao censo anterior.

Mesmo dentro da área rural, e com a taxa de alfabetização mais alta que em 2000, as mulheres indígenas ainda têm nível educacional mais baixo que o da população não indígena. Nas terras indígenas, nos grupos etários acima dos 50 anos, a taxa de analfabetismo é superior à de alfabetização.

Ao analisar os rendimentos comprovou a necessidade de se ter um olhar diferenciado sobre os indígenas, 65,7% deles não tinham qualquer tipo de rendimento nas áreas rurais. Porém, de acordo com a FUNAI, vários fatores dificultam a obtenção de informações sobre o rendimento dos trabalhadores indígenas: muitos trabalhos são feitos coletivamente, lazer e trabalho não são facilmente separáveis e a relação com a terra tem enorme significado, sem a noção de propriedade privada.

Um primeiro tópico que será abordado consiste na estrutura por sexo e idade da população indígena brasileira, onde os diferenciais são nítidos. Enquanto para aqueles indígenas residentes na área rural do país, o comportamento piramidal é representado ainda por uma alta natalidade e mortalidade, que é um padrão geralmente observado entre populações indígenas.

A taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade revelou-se abaixo da média nacional, situada em 90,4%, sendo que nas terras indígenas a taxa de alfabetização é de 67,7%, segundo o IBGE (2020). Esses dados podem demonstrar que a expansão das políticas públicas na área da educação indígena constitui um desafio, principalmente para a população que vive nas terras indígenas.

O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI que pode servir como documento para solicitar o registro civil. O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI, e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado, porém que não substitui a certidão de nascimento. Com base nele, no Brasil, 93,5% dos indígenas são registrados, sendo o Sudeste com maior taxa 99,1%. Se tivesse uma efetivação de dados, essa taxa seria algo a se comemorar pois significaria uma maior precisão dos dados, porém são pouco divulgados, o que interfere diretamente na pesquisa por informações e casos para análise.

Apesar da limitação de informações, de acordo com o Souza, Staduto e Kreter (2017), é possível afirmar que houve um crescimento expressivo de 500% nas aposentadorias das mulheres indígenas pagas aos segurados especiais entre 2001 e 2009. De acordo com o PNAD/IBGE em 2009 as mulheres indígenas representavam 0,33% das mulheres aposentadas no Brasil enquanto 2001 era 0,07%. Três fatores podem ter contribuído para isso, que esse crescimento tenha sido gradual desde 1988, o ano da Constituição Federal de 1988, pode também ser um reflexo da abordagem do IBGE em regiões rurais e mais afastadas, além da possibilidade de que esse aumento seja resultado da inserção da população indígena nas políticas sociais mencionadas anteriormente.

CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AUSÊNCIA DO ESTADO BRASILEIRO NA GRANTIA DA APOSENTADORIA DAS MULHERES INDÍGENAS

3.1 A importância das Políticas Públicas e a Aposentadoria da Mulher Indígena

As políticas públicas podem ser entendidas como a ação do Estado em desenvolver políticas de proteção social. De acordo com Höfling (2001), as políticas são o Estado em ação através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Essa definição atribui que o Estado possui responsabilidades além da burocracia, mas como um organismo vivo que implementa e concebe melhorias na sociedade. A implementação e manutenção desses projetos surgem a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

A importância das políticas públicas está em reduzir as desigualdades na sociedade de acordo com as necessidades em questão, pois na prática nem todos são iguais perante a lei. Isso faz com que se torne um meio de garantia da aposentadoria da mulher indígena, por ser um grupo com minoria de direitos e que precisa da intervenção do Estado para usufruí-lo.

De acordo com Grubits (2014), há movimentos de interesse pela educação, que além de ser um fator contributivo para a qualidade de vida e consequentemente, a qualidade de aposentadoria das mulheres indígenas é um dos direitos fundamentais da Constituição de 1988. As conquistas de espaços nas escolas e universidades são pautas de eventos como O Seminário Sul Brasileiro de Mulheres Indígenas, realizado em Guarapuava-PR (2012), que trouxeram propostas relacionadas à educação como a definição de políticas mais eficazes para as escolas indígenas, que enfrentam sérios problemas como os acessos com destino e no interior dos territórios indígenas e cursos de formação e capacitação de professores bilíngues para ministrarem aulas.

Atualmente está em vigor a Lei 12.416, de 9 de junho de 2011, (BRASIL, 2011) que dispõem sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais, porém como não há supervisão da FUNAI e apoio aos estudantes indígenas busquem fazê-lo, é

necessário que as próprias instituições criem políticas específicas de acesso e permanência destes estudantes nas Universidades.

Dentre as reivindicações, destacaram também a criação de espaços que promovam uma maior participação delas na elaboração das estratégias de ação e das políticas públicas voltadas para a assistência à mulher indígena. O que reflete a falta das ações do Estado, já que as políticas sociais que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado.

Inicialmente, as políticas deveriam ser voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, como a aposentadoria da mulher indígena, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento histórico e socioeconômico do nosso país. Principalmente na área da educação onde já há leis previstas, é necessário avaliar as desigualdades do perfil socioeconômico dessas mulheres, que de acordo com o IBGE (2010) possuem uma deficiência da taxa de alfabetização e introdução no mercado de trabalho, para assim aplicarem as ações. Porém, atualmente não existem projetos de lei no congresso específico para a garantia da aposentadoria das mulheres indígenas

3.2 O papel do Estado na Garantia de um Direito Fundamental

Atualmente é comum encontrar o tamanho descaso do governo com os povos originários, desde questões mais em pauta como o acesso a saúde pública para a população indígena no meio da pandemia e a sua proteção, e a questão de demarcação de terras. Os princípios constitucionais dos direitos indígenas, também são feridos em relação ao direito à informação, pois não há acesso ao que o Estado brasileiro tem feito para garantir o direito dessas pessoas. É uma questão que vai além da aposentadoria e previdência social, mas o direito à vida, à igualdade, ao trabalho, à educação e à autodeterminação dos povos indígenas.

O governo federal atual (2021), que tem como presidente o Sr. Jair Messias Bolsonaro, inclusive, já foi acusado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de violação dos direitos dos povos tradicionais e isso reflete da falta de engajamento da busca pela plena aposentadoria das mulheres indígenas, pois existem muitos problemas maiores e de curto prazo para se pensar primeiro do que em uma futura aposentadoria, deixando para trás a prioridade do benefício.

O atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, também, foi indiciado no Tribunal Penal Internacional de HAIA - corte internacional responsável por julgar

denúncias de crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de genocídio e crimes de agressão -. Sua indicação ocorreu no final de 2019 pelo crime de incitação ao genocídio indígena e promover ataques sistemáticos contra os povos indígenas brasileiros, sendo a primeira vez na história que um chefe de estado brasileiro fica sob avaliação formal por parte do órgão internacional. Mesmo não significando uma investigação formal, demonstra a despreocupação com a garantia de direitos fundamentais aos povos indígenas e questões além, como incêndios e destruição da Amazônia, com o pretexto de desenvolver a região e expandir o agronegócio.

Outro ponto importante é o posicionamento da FUNAI diante a garantia do benefício da aposentadoria da mulher indígena. Por mais que pautar o tema e tenha propostas para aumentar o acesso dos povos originários, sua presença não reflete a verdadeira necessidade dessas mulheres. É um órgão defasado, criado durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), com o objetivo de representar o índio por ser considerado um agente incapaz. Isso porque quando criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, (BRASIL, 1967) a cultura indígena era vista como “transitória” e o índio como relativamente incapaz. Seguindo essa visão, os povos indígenas eram considerados tutela do Estado até que sua integração com a sociedade brasileira fosse realizada.

A implementação de políticas públicas estruturadas para garantir a aposentadoria desse grupo de pessoas e a coleta de informações através de censos para que isso aconteça, seria benéfica tanto para as mulheres indígenas quanto para o Estado. Os impactos positivos seriam formas de arrecadar mais contribuições e administrar um orçamento mais próximo da realidade, incentivar economicamente as áreas mais afastadas, ter a proporção da população indígena economicamente ativa para estudos atuariais da previdência rural e se preparar para futuras tendências da pirâmide etária.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que, atualmente, a Constituição brasileira não reflete a realidade histórica do Brasil. Após um longo processo de genocídio histórico que, conforme dados do IBGE (2010), fez com que o Brasil passasse de uma população de cerca de 3 milhões de indígenas no ano de 1500, e hoje, após pouco mais de 500 anos, registra uma população de 817.962 habitantes indígenas, apenas 27% de habitantes indígenas em relação a população original. A política de aposentadoria rural desconsidera essa e outras informações, como: a taxa de alfabetização menor que a média nacional; e a proporção de 63,3 mulheres inativas a cada 100 mulheres indígenas. Se tornando ineficiente ao não garantir políticas públicas e ações específicas, e colocando as mulheres rurais e mulheres rurais indígenas no mesmo grupo. Portanto, confirma a hipótese de que o benefício da aposentadoria não é efetivo para as mulheres indígenas devido à ausência de políticas públicas pelo Estado Brasileiro.

Apesar da FUNAI ter como responsabilidade o suporte às mulheres indígenas, tal interferência deveria reduzir a burocracia sistemática e, assim, aumentar o contingente das mulheres indígenas aposentadas. Mas a constante necessidade de envolvimento da FUNAI em processos, prova desconhecimento e inquietude dessas mulheres ao tentar garantir a sua aposentadoria e outros benefícios da previdência social, confirmando uma das hipóteses levantadas, de que a inefetividade do benefício da aposentadoria da mulher indígena é devida ao desconhecimento por parte da população indígena. Outra questão que pode ser levantada em relação a FUNAI, é a escassez de servidores aptos a trabalhar com pessoas de culturas diferentes nas mais diversas localidades.

Devido as poucas fontes de informações, não foi possível se aprofundar em análises, o que corrobora a falta de dados demográficos e consequentemente a falta de informações que são decisivas para propostas de políticas públicas, orientações de planejamentos e orçamentos governamentais. Assim, desamparando a comunidade indígena com recursos públicos.

A própria ouvidoria do Estado não possui registros de informação de quantidade de mulheres indígenas aposentadas no Brasil, sendo um reflexo da necessidade de coleta de informações sobre essas mulheres e, a partir de então, do entendimento de suas necessidades, como: assistência social, oportunidade de emprego e educação. Essa carência de informações torna inviável a confirmação ou rejeição da hipótese de que o

benefício da aposentadoria não é efetivo para as mulheres indígenas devido ao perfil socioeconômico das mulheres indígenas, e a falta de condições de educação e trabalho.

Ao não conquistar seu espaço como segurada especial, as mulheres indígenas não tiveram seus direitos previdenciários protegidos. A generalização entre esse grupo e os demais é um sintoma da inadequação do sistema à essa população. Falta de dados para realizar políticas públicas e precariedade de entender suas demandas. A partir dessa análise, concluiu-se que seria necessária uma aposentadoria específica para essas mulheres, pois além de representarem a resistência desses povos originários, ainda enfrentam a disparidade de gênero no meio rural. A equiparação entre o trabalho rural das mulheres indígenas e os demais trabalhadores rurais que usufruem do título de segurado especial, além de desconsiderar a resistência de anos dessa população, também invisibiliza a prática da agricultura familiar, marcada pela quebra da lógica capitalista de massificação e padronização.

Considerando as duas hipóteses confirmadas referente à defasagem nas políticas públicas e o desconhecimento por parte da população indígena do benefício de aposentadoria da previdência social, é possível concluir que o benefício de aposentadoria da previdência social não é efetivo para a mulher indígena. Mostrando, assim, que há uma necessidade, por parte do governo, de olhar para essas minorias, estudar os fatores que influenciam a aposentadoria, como: pirâmide etária, qualidade de trabalho, nível de educação e o bem-estar social em geral dessa população. E a partir desse olhar, compreendê-las e agir sobre as conclusões, por meio de políticas públicas que visem restaurar essa infeliz herança histórica de opressão às mulheres indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.R.; VERONESE, O. **A seguridade social para quem? Reflexões sobre a (im)previdência indígena do Brasil**. Anais do II Congresso Internacional da Rede Ibero-Americana de Pesquisa em Seguridade Social, n. 2, p. 231-252, 2020.

ANDRADE, D.G. **Regime de economia familiar**. Belo Horizonte. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ªReg, p.79-84, 1999.

AZEVEDO, M.M.; PEREIRA, N.O.M. **Os povos indígenas e os Censos do IBGE: Uma experiência brasileira**. Caxambu. I Congresso Internacional da Associação Latino-americana de População, 2004.

BARRETO, N. **CIMI denuncia violação de direitos indígenas na CIDH**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/07/cimi-denuncia-violacao-de-direitos-indigenas-na-cidh/>. Acesso em: 03/02/2020.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.. Acesso em: 08/12/2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, 12 de novembro de 2019**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm>. Acesso em: 24/08/2020.

BRASIL. **Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12416.htm. Acesso em: 30/01/2021.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213compilado.htm. Acesso em: 24/08/2020.

BRASIL. **Solicitar Aposentadoria por Idade para Trabalhador Rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-aposentadoria-por-idade-para-trabalhador-rural>. Acesso em: 10/12/2020.

CARDOSO, C.F. **Proteção Social Brasileira, Amparo e Desamparo aos Povos Indígenas**. São Paulo, 2012.

CARVALHO, J.A.M; SAWEYR, D.O; RODRIGUES, R.N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2a ed. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998.

CERQUEIRA, C.A; GIVISIEZ, G.H.N. **Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira**. 2015.

CHADE, J. **Caso contra Bolsonaro por incitação ao genocídio é examinado por Haia**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/12/14/tribunal-internacional-confirma-que-esta-analisando-queixa-contr-bolsonaro.htm>. Acesso em: 01/02/2020.

FRANCISCHINI, M.C.L.; GIROLIMETTO, L.S. **A busca pela efetividade do acesso à justiça aos povos indígenas no âmbito da Previdência Social**. 2019.

FUNAI. **IBGE divulga resultado do censo 2010 sobre população indígena**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1757-ibge-divulga-resultado-do-censo-2010-sobre-populacao-indigena>. Acesso em: 10/12/2020.

FUNAI. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>. Acesso em: 30/08/2020

FUNAI. **Previdência Social**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/previdencia-social>. Acesso em: 15/08/2020.

FUNAI. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos#>. Acesso em: 23/08/2020.

GIAMBIAGI, F.; ESTERMÍNIO, I. **A questão previdenciária**. Paraná. Economia & Tecnologia, Vol. 05, 2006.

GRUBITS, S. **Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas**. Campo Grande, 2014.

GRUBITS, S.; ALMEIDA, L.P. **Mulheres Indígenas: Guardiãs da tradição**. Campo Grande, 2012.

HÖFLING, E.M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Campinas. CEDES, v.21, n. 55, 2001.

IBGE. **Característica sociodemográficas e domiciliares**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/caracteristica-sociodemograficas-e-domiciliares>. Acesso em: 09/12/2020.

IBGE. **Censo Agro 2017.** Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html.

Acesso em: 07/01/2021.

IBGE. **Censo Agro 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/20126-censo-agro-vai-a-comunidades-afastadas-e-da-visibilidade-a-povos-indigenas.html>. Acesso em: 07/01/2021.

IBGE. **Censo Demográfico.** Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20tem%20por,ou%20de%20qualquer%20n%C3%ADvel%20de>. Acesso: 13/12/2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas – resultados do universo.** Rio de Janeiro, p.1-245, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em: 14/12/2020.

IBGE. **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 11/01/2021.

IBGE. **Estudos especiais.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena>. Acesso em: 06/12/2020.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 05/12/2020.

IBGE. **Regiões rurais.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 08/01/2021.

MARTINEZ, W. N. **Noções de direito previdenciário.** 2. ed. São Paulo: LTR, 2002. V. I.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSS. **O que você precisa saber sobre a Previdência Social.** Rio de Janeiro. Editora Senac Nacional, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf. Acesso em: 09/12/2020.

- MONTEIRO, V.B. **Mulher indígena: resistência e tempos de retrocesso de direitos.** Recife. Cadernos do CEAS, n. 243, p. 104-119, 2018.
- MOSTAFA, J.; VALADARES, A.A.; SOUZA, M.G.P.; REZENDE, M.T.; FONTURA, N.O. **Previdência e gênero: por que as idades de aposentadoria de homens e mulheres devem ser diferentes?** Brasil, n.35, 2017.
- NULLE, A.L.; MOREIRA, S.C. **A Previdência Social: reforma ou há alternativas?** Campinas. Econ. soc. vol.28 n.3, 2019.
- OLIVEIRA, J. **Evolução histórica da Previdência Social: o sistema previdenciário brasileiro é estável?** Salvador. Revista Brasileira de História do Direito, v.4, n.1, p.64–86, 2018.
- PAIVA, E.B. **A construção da identidade indígena em fontes de informação.** Paraíba. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2015.
- PEROSA, G.F. **O segurado especial à evolução do sistema e seguridade social e o subsistema da Previdência Rural.** Lages, 2018.
- RIBEIRO, B.L. **A mulher indígena em contexto urbano: o associativismo na construção de um espaço social migrante.** Brasília. Revista Textos Graduados, v. 4, n. 1, 2018.
- SILVA; A.P.F. **O enquadramento previdenciário do índio no Brasil: análise da sua qualidade de segurado numa perspectiva crítica à luz da cidadania social.** Salvador, 2015.
- SOUZA, E.L.C.; STADUTO, J.A.R.; KRETER, A.C.M. **Previdência Rural para mulheres do rural brasileiro: articulando a interseccionalidade e transversalidade.** Paraná, 2017.
- SOUZA, F.M; DIAS, E.F. **Esclarecendo segurados especiais – trabalhadores rurais e indígenas.** Dourados, 2009.
- URQUIZA, A.H.A.; SANTOS, A. **Direitos constitucionais e povos indígenas: apontamentos sobre a disputa pela efetivação do direito fundamental às suas terras tradicionais.** Campo Grande, n. 42, p. 109-136, 2020.
- VASCONCELOS, A.M.N.; GOMES, M.M.F. **Transição demográfica: a experiência brasileira.** Brasília. Epidemiol. Serv. Saúde v.21 n.4, 2012.